



BOLETIM SEMANAL DO

SINDJUS-DF

Órgão informativo do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no DF

Terceira semana de junho de 2001 - Ano 1 - Nº 6

Filiado à **CUT/FENAJUFE**

Félix Pereira



10,87% do TJDF

Depois de negociação, a paralisação foi suspensa, mas a mobilização continua

Graças à firmeza e à mobilização dos trabalhadores do TJDF, a direção do tribunal resolveu, finalmente, dar uma resposta concreta sobre a incorporação dos 10,87%.

Ontem, ao final do expediente, o presidente do tribunal, Edmundo Minervino, reuniu-se com a direção do Sindjus e da Associação dos Servidores, quando informou a realização de uma sessão administrativa para discutir o assunto e disse que precisava de mais um prazo para consolidar uma solução. Diante desta afirmação, abriu-se a possibilidade de negociação, conforme a ori-

entação da assembleia da semana passada. Chegou-se então ao entendimento de que o presidente receberá a direção do Sindjus às 16 h para firmar a sua posição. Em contrapartida, os servidores suspenderão a paralisação acertada para hoje, mantendo de pé a assembleia geral para as 17 h, quando analisarão a proposta do presidente e definirão os rumos do movimento.

Após a reunião no TJDF, a direção do sindicato reuniu-se com representantes do comando de paralisação para avaliar o processo de negociação. Ficou claro que todas as ações tomadas pela administração são frutos da organização dos servidores. A decisão

de suspender a paralisação não significa recuo em nossa disposição de conquistar um direito que é nosso.

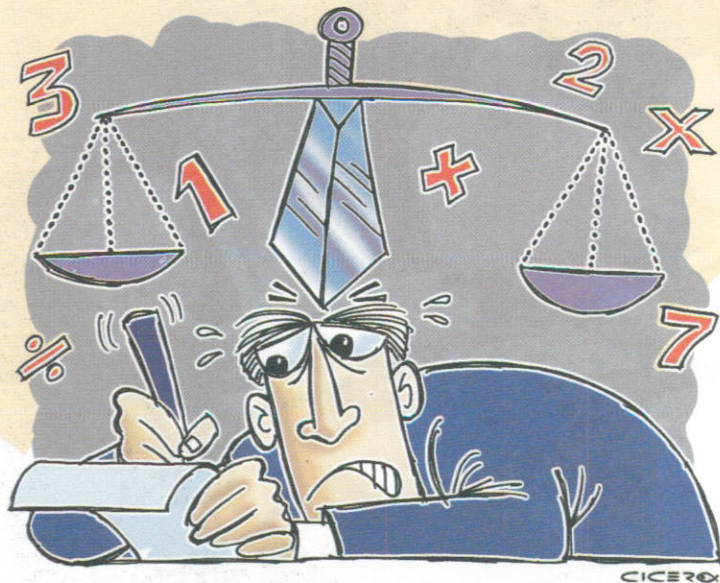
O comando de paralisação decidiu intensificar a mobilização em cada local de trabalho, a partir de 11 h, promovendo um arrastão em todos os fóruns, para garantir uma presença massiva na assembleia geral marcada para hoje às 17 h.

Incorporação dos 10,87% já!

TELEFONE DO SINDJUS: 224-9392

E-mail: imprensa@sindjusdf.org.br

Pazzianotto continua emperrando revisão do PCS



Ao contrário do que estava previsto, o pleno do Tribunal Superior do Trabalho não examinou o projeto de revisão do Plano de Cargos e Salários do Judiciário na manhã desta terça-feira. O presidente do TST, ministro Almir Pazzianotto, anunciou que pretende fazer modificações no projeto, com base em estudos que teriam sido feitos pela direção geral do tribunal para atender a “especificidades” da Justiça do Trabalho.

Pazzianotto informou que fará uma reunião informal com os ministros do tribunal para analisar as modificações sugeridas, encaminhando em seguida a proposta ao Supremo Tribunal Federal.

Nessa terça-feira, o coordenador geral do Sindjus, Roberto Policarpo, enviou ofício ao diretor geral do TST, Gustavo Caribé, solicitando cópia dos estudos referidos pelo ministro Pazzianotto. Policarpo lembrou que tais estudos não foram apresentados no momento oportuno, isto é, quando os representantes do

TST participaram do processo de elaboração do anteprojeto de revisão do PCS.

Não é a primeira vez que o ministro Almir Pazzianotto atrapalha o encaminhamento do projeto de revisão do PCS ao Congresso. Ele já havia frustrado a disposição do ministro Carlos Velloso de enviar o projeto até o dia 25 de maio, antes de deixar a presidência do STF. Depois, assegurou que discutiria o projeto no pleno no dia 7 de junho, quando nem compareceu à reunião. Agora, surpreendeu os ministros na sessão de ontem, dizendo que só poderia apreciar a proposta depois de fazer uma “reunião informal” com eles.

A demora no envio do projeto ao Congresso poderá causar os mesmos prejuízos que os trabalhadores do Judiciário sofreram com a implantação das tabelas do atual PCS, que foram aprovadas quando já estavam defasadas.

Câmara aprova estacionamento do TRT

A Câmara Legislativa aprovou, no último dia 13, projeto de lei de iniciativa da deputada Lúcia Carvalho, que autoriza o GDF a celebrar contrato de cessão de uso de área pública utilizada como estacionamento pelo Tribunal Regional do Trabalho, na 516 Norte.

O projeto aprovado, que foi sugerido pelo Sindjus, permitirá à Justiça do Trabalho cercar o estacionamento, garantindo maior segurança aos servidores e às pessoas que utilizam os serviços das varas trabalhistas que funcionam no local.

Sindjus cobra os 11,98% para a Justiça Federal

O Sindjus solicitou audiência ao presidente do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal, ministro Paulo Costa Leite, para cobrar o cumprimento de seu compromisso de pagar os atrasados dos 11,98% aos trabalhadores da Justiça Federal.

Na semana passada, o sindicato reuniu-se com o presidente do Tribunal Regional Federal, juiz Tourinho Neto, para tratar do mesmo assunto. O presidente informou que a cobrança deve ser feita diretamente ao ministro Costa Leite, que preside o Conselho da Justiça Federal.

Após a audiência com o ministro Costa Leite, o Sindjus fará assembleias setoriais na Justiça Federal, TRF, CJP e STJ para definir as estratégias de luta com vistas à garantia do pagamento dos 11,98%.

HUMOR

Semelhanças

Logo depois que o general-presidente Ernesto Geisel passou o bastão para o general João Figueiredo, várias regiões do país foram inundadas por chuvas torrenciais. Os humoristas de plantão registraram o fato, desenhando o general com o seguinte balão: “Não falei? Depois de mim, o dilúvio”. O Fernando Henrique, que se parece tanto com Geisel, inclusive na idéia de que é insubstituível, deve estar rezando para que o dilúvio caia antes dele.